



Pesquisa realizada em Sergipe aponta índice de preconceito elevado na faixa de 7 a 8 anos

PRECONCEITO

Norma social torna a discriminação mais velada à medida que as crianças crescem

Certo dia, quando estava no maternal, Luana, então com três anos de idade, chegou em casa chorosa porque um coleguinha não a deixava brincar chamando-a de negrinha. A mãe lhe disse: “mas teu pai também te chama de minha negrinha”. A menina respondeu: “mas é de um jeito diferente”. Embora o preconceito

racial seja um tema amplamente discutido na sociedade atual, a ponto do governo federal ter criado uma secretaria especialmente dedicada ao tema: a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), o preconceito étnico entre crianças é tema de poucas pesquisas. Uma das mais recentes

foi realizada pela pesquisadora Sheyla Fernandes, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Faculdade Pio Décimo, de Sergipe. Ela fez um estudo com crianças de cinco a oito anos de idade onde o problema fica evidenciado. Participaram do estudo 19 crianças de uma cidade do interior sergipano, 11 meninos e 8 meninas, com idade de cinco a oito anos. Todas brancas. Foi solicitado que desenhassem duas crianças, uma branca e outra negra. Através dos desenhos os pequenos responderam a questões sobre escolhas e preferências em relação a cinco categorias: riqueza, beleza, inteligência, proximidade e contato. Os resultados revelaram alto nível de preconceito. A criança negra foi fortemente rejeitada e na faixa etária de 7 e 8 anos é onde estava os maiores índices de preconceito. A discussão sugere que o efeito da norma social de igualdade apenas aparece após os oito anos de idade, por isso é natural para elas expressar preconceito racial. Para a pesquisadora, o que vem ocorrendo são modificações na forma pelas quais as pessoas expressam o preconceito. Face ao reconhecimento público crescente dos princípios democráticos de igualdade e liberdade, as pessoas começaram

a expressar o preconceito de maneira mais contida e sutil, inclusive as crianças. “Mostrar-se como preconceituoso se tornou antiquado e reprovável”, diz. Ela explica que antes tínhamos a expressão do preconceito aberta e direta; hoje, isso é mais velado. As crianças viam na TV, no dia-a-dia, em suas casas e escolas cenas e evidências de preconceito abertas e, portanto, as repetiam como sendo a norma comum e aceitável do grupo. Hoje os pequenos não vêem mais isso, logo, agem de acordo com o que aprendem. “Não se espera atualmente que uma criança ou qualquer pessoa discrimine abertamente o outro por ele ser negro, por exemplo. Podemos chamar isso de avanço, porém não temos subsídios para prever se isso implicará necessariamente na total erradicação do preconceito, porém há, de fato, uma tendência à diminuição”, afirma Sheyla.

PRECONCEITO CONTRA PRECONCEITO

Um determinante muito forte para o preconceito são as normas sociais. Dependendo da cultura, da época e do que as normas dos grupos pregam como correto, os níveis de preconceito são maiores ou menores. A pesquisadora ressalta que, a partir de alguns acontecimentos importantes

como as guerras mundiais, a Revolução Francesa, a Declaração Universal dos Direitos Humanos entre outros, se começou a repensar as diferenças sociais. Surgiram novas representações e significados de civilidade, de igualdade e de liberdade. “Assim, embora possamos observar que o preconceito ainda existe, sua expressão tomou, com esses avanços, outros contornos. Ninguém quer se mostrar contrário às normas sociais, pois seria discriminado também. Temos leis que coíbem a demonstração do preconceito. Com isso, expressões discriminatórias, seja contra negros, homossexuais, mulheres ou qualquer minoria social, se tornou velada. O alto nível de preconceito encontrado em crianças pode ser justificado, de um modo geral, pela falta de discernimento em virtude de não terem internalizado tais normas sociais”, considera Sheyla. Por volta dos três anos de idade as crianças não percebem ou não representam as diferenças entre as pessoas. Elas brincam com outras mais pobres, negras, deficientes, diferentes delas mesmas, como brincariam com as crianças de seu próprio grupo. Por volta dos cinco anos começa um processo de amadurecimento que faz com que elas vejam que

existem grupos diferentes. “É nesse momento que elas costumam discriminar de forma aberta o que consideram fora dos padrões de seu grupo, ou dos padrões sociais em geral. Percebe-se, nas escolas, esse fenômeno de forma clara, com os apelidos ou o *bullying*, nomenclatura utilizada para referir agressão e discriminação entre escolares”, exemplifica. Segundo Sheyla, as crianças podem apresentar comportamentos bastante cruéis e rudimentares, não escondendo o que sentem. “Mais tarde, por volta dos oito anos de idade, pode-se dizer que as normas sociais já fazem parte de seu repertório representacional. As crianças estão agora ‘civilizadas’, ou seja, introjetaram os sentidos e significados de uma vida em sociedade, de modo primário ainda, mas esse fenômeno faz com que uma mudança brusca ocorra em termos das maneiras de perceber as outras pessoas e as coisas”, complementa. Então, aparentemente há maior aceitação do diferente, porém os estudos mais recentes mostram que as crianças passam a camuflar os sentimentos que julgam não serem os politicamente corretos em sua cultura e, mais especificamente, em seu grupo de convivência.

SENTIMENTO DE INFERIORIDADE Em 1947, uma pesquisa semelhante à da professora Sheyla Fernandes foi realizada nos Estados Unidos pelos psicólogos Kenneth e Mamie Clark. Eles mostravam bonecos de plástico idênticos, exceto pela cor, para crianças negras com idades entre três e sete anos e pediam que fizessem uma identificação racial e indicassem sua preferência. Quase todas as crianças identificaram racialmente as bonecas com facilidade e, a maioria, atribuiu às bonecas brancas atributos positivos. Além disso, as crianças também foram solicitadas a pintar desenhos de crianças de acordo com a cor da sua pele. As negras pintavam os desenhos com giz branco ou amarelo. Os pesquisadores concluíram que o preconceito, a discriminação e a segregação faziam com que as crianças negras desenvolvessem um senso de inferioridade em relação às demais. Pesquisas na área da psicologia infantil demonstram a importância, positiva ou negativa, das marcas emocionais advindas da infância. De acordo com a pedagoga Marilene Leal Pare, as experiências com preconceito nas relações fora da família, em parques, festinhas ou na pré-escola, farão com que ela desenvolva mecanismos de defesa

conforme a intensidade do racismo sofrido. “Um dos mecanismos mais fortes que observamos é o de negação: para a criança dói muito sentir que o coleguinha ou a professora a rejeita por causa da cor da sua pele”, diz ela. Por isso ela passa a não querer admitir a rejeição, como se ela não existisse. “Estes serão aqueles adultos negros que dirão nunca terem sofrido preconceito em suas vidas”, completa. Marilene trabalha na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde faz pesquisas sobre autoimagem e autoestima da criança negra no ambiente escolar. Ela explica ainda que a criança negra, ao se deparar com atitudes preconceituosas na pré-escola e nas primeiras séries do ensino fundamental, tende a isolar-se, juntar-se com outros da mesma etnia ou desenvolver atitudes para agradar os colegas e, então, ser aceito. “É comum crianças negras, em seus primeiros anos na escola, verbalizarem que não gostariam de ser negras”, lamenta. Nos anos 1960, a antropóloga norte-americana Jane Elliot aplicou um exercício de discriminação baseada na cor dos olhos das crianças, em sua sala da terceira série. As crianças negras, previamente instruídas, discriminaram as brancas, que não

sabiam que tudo havia sido combinado. O exercício deu origem a dois documentários: *The eye of the storm* (1968) e *Olhos azuis* (*Blue eyed*, 1996). Nos dois filmes, fica evidente a mudança de comportamento das crianças vítimas de preconceito. “O que antes era um ser humano, normal e feliz, transforma-se, no dia seguinte, em uma criança assustada, vulnerável, intimidada, ameaçada quando colocamos uma cor e dizemos que ela é inferior. Imagine o que é viver uma vida inteira assim”, diz Elliot em um trecho do documentário *Olhos azuis*.

MAIS SEMELHANÇAS DO QUE

DIFERENÇAS Nesse contexto, reflexos negativos no desempenho escolar não tardam a surgir. Um exemplo disso está nas pesquisas de Marilene Pare, da UFRGS, em escolas públicas e privadas de Porto Alegre, onde ela observou níveis mais altos de evasão e repetência entre os estudantes negros. “Em entrevista com esses alunos eu pude detectar problemas ligados à discriminação racial, baixa autoestima, e a escola mantendo silêncio em torno dos fatos sem saber lidar com o problema”, diz. Na opinião da pedagoga a escola brasileira não tem sido competente no trato com a cultura dos seus educandos,

especialmente com o grande contingente de origem africana que compõe a maioria da população do país. De acordo com uma projeção feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2010 o Brasil terá a maioria de sua população negra. Para ela, é necessário efetivar a inclusão da questão racial nos currículos escolares, reconhecendo a identidade étnica dos alunos negros e a valorização de suas potencialidades, a partir da ancestralidade africana. Já foi comprovado que o contato interpessoal entre grupos diferentes promove a mudança de estereótipos. Para Sheyla Fernandes, a discussão de temas que remetam à igualdade social ajuda a diminuir o preconceito. Isso inclui o uso de livros paradidáticos e, para as crianças menores, a leitura de contos e fábulas que trabalhem o preconceito e a igualdade. “Sabemos que é um processo lento e de difícil solução, mas estamos caminhando para o desenvolvimento de pessoas mais voltadas para a norma da igualdade. Há uma tendência de que as próximas gerações apresentem valores e comportamentos mais tolerantes frente o outro”, acredita.

Patrícia Mariuzzo